SUMÁRIO

Prefeitura de Trindade - PE

Orientador Educacional

LÍNGUA PORTUGUESA

Interpretação e Análise Textual (compreensão global, ideias principais e secundárias, inferências, coesão, coerência, gêneros textuais e variedades linguísticas) 1
Redação Oficial (elaboração de correspondências, ofícios, circulares e protocolos) ... 18
Sintaxe 40
Concordância verbal e nominal 46
Regência 52
Crase 59
Pontuação 63
Questões 67
Gabarito 78

LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL

Estatuto da Igualdade Racial (Lei Federal nº 12.288/2010): igualdade e combate à discriminação 1
Lei Brasileira de Inclusão - LBI (Lei Federal nº 13.146/2015): inclusão e acessibilidade no ambiente escolar 12
Lei Federal nº 13.185/2015: prevenção e combate ao bullying 45
Lei Federal nº 13.431/2017 e Lei Federal nº 14.811/2024: proteção de crianças e adolescentes contra violência no ambiente escolar 46
Lei Federal nº 10.639/2003 e Lei Federal nº 11.645/2008: ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena 56
Lei Federal nº 14.254/2021: acompanhamento de educandos com dislexia, TDAH e transtornos de aprendizagem 57
Questões 89
GABARITO 95

CONHECIMENTOS PROFISSIONAIS

Planejamento e organização das atividades de orientação educacional 1
Atendimento e orientação aos alunos no ambiente escolar 6
Acompanhamento do desenvolvimento escolar, social e comportamental dos alunos 11
Identificação de dificuldades de aprendizagem e encaminhamento das demandas 16
Atendimento individual e coletivo aos alunos. 22
Orientação aos alunos sobre hábitos de estudo e organização da rotina escolar 27

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

SUMÁRIO

Acompanhamento da frequência, participação e rendimento escolar dos alunos 32
Identificação e acompanhamento de situações de indisciplina e conflitos escolares. .. 37
Mediação de conflitos entre alunos e demais integrantes da comunidade escolar 42
Orientação aos alunos sobre convivência, respeito e relacionamento interpessoal 48
Atendimento e orientação às famílias sobre o desenvolvimento e a vida escolar dos alunos 53
Encaminhamento de alunos para serviços especializados quando necessário 58
Acompanhamento de alunos em situação de vulnerabilidade ou com necessidades específicas 64
Registro de atendimentos, orientações, encaminhamentos e acompanhamentos realizados 69
Elaboração de relatórios e documentos relacionados às atividades de orientação educacional 74
Participação em reuniões com professores, gestores, famílias e demais profissionais da escola 79
Apoio aos professores na identificação de dificuldades e necessidades dos alunos ... 85
Desenvolvimento de ações educativas voltadas à prevenção de conflitos, violência e abandono escolar 90
Acompanhamento e apoio aos processos de inclusão e participação dos alunos nas atividades escolares 95
Trabalho integrado com a equipe pedagógica para melhoria do processo de ensino e aprendizagem 101
Questões 106
Gabarito 111

FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO E PRÁTICAS SOCIOEDUCATIVAS

Fundamentos do processo educativo e sua relação com o desenvolvimento humano 1
Desenvolvimento cognitivo, afetivo e social de crianças, adolescentes e jovens 7
Educação como instrumento de participação e transformação social 9
Relação entre educação, família, comunidade e território 10
Educação inclusiva e respeito às diferenças individuais e sociais 16
Diversidade cultural e convivência em diferentes espaços educativos 26
Educação em direitos humanos e formação para a cidadania 32
Práticas educativas voltadas à autonomia e ao protagonismo dos usuários 36
Comunicação e relacionamento interpessoal em atividades educativas 42
Estratégias de aprendizagem por meio de atividades lúdicas e participativas 48

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

SUMÁRIO

Educação socioemocional e desenvolvimento de habilidades sociais **54**
Tecnologias digitais como recursos para atividades educativas e sociais **59**
Prevenção de preconceito, discriminação, violência e outras formas de violação de direitos **65**
Ética e postura profissional no desenvolvimento de ações educativas e sociais **71**
Trabalho coletivo e participação comunitária em ações educativas **76**
Fortalecimento de vínculos familiares, comunitários e sociais **82**
Estratégias educativas para promoção da convivência e da participação social **88**
Educação e proteção integral de crianças e adolescentes **94**
Articulação entre educação, cultura, esporte e lazer em ações socioeducativas **100**
Papel das ações educativas na promoção da autonomia, cidadania e inclusão social **106**
Questões **112**
GABARITO **119**

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

Interpretação e Análise Textual (compreensão global, ideias principais e secundárias, inferências, coesão, coerência, gêneros textuais e variedades linguísticas)

Compreender um texto nada mais é do que analisar e decodificar o que de fato está escrito, seja das frases ou de ideias presentes. Além disso, interpretar um texto, está ligado às conclusões que se pode chegar ao conectar as ideias do texto com a realidade.

A compreensão básica do texto permite o entendimento de todo e qualquer texto ou discurso, com base na ideia transmitida pelo conteúdo. Ademais, compreender relações semânticas é uma competência imprescindível no mercado de trabalho e nos estudos.

A interpretação de texto envolve explorar várias facetas, desde a compreensão básica do que está escrito até as análises mais profundas sobre significados, intenções e contextos culturais. No entanto, quando não se sabe interpretar corretamente um texto pode-se criar vários problemas, afetando não só o desenvolvimento profissional, mas também o desenvolvimento pessoal.

Busca de sentidos

Para a busca de sentidos do texto, pode-se extrair os tópicos frasais presentes em cada parágrafo. Isso auxiliará na compreensão do conteúdo exposto, uma vez que é ali que se estabelecem as relações hierárquicas do pensamento defendido, seja retomando ideias já citadas ou apresentando novos conceitos.

Por fim, concentre-se nas ideias que realmente foram explicitadas pelo autor. Textos argumentativos não costumam conceder espaço para divagações ou hipóteses, supostamente contidas nas entrelinhas. Deve-se atentar às ideias do autor, o que não implica em ficar preso à superfície do texto, mas é fundamental que não se criem suposições vagas e inespecíficas.

Importância da interpretação

A prática da leitura, seja por prazer, para estudar ou para se informar, aprimora o vocabulário e dinamiza o raciocínio e a interpretação. Ademais, a leitura, além de favorecer o aprendizado de conteúdos específicos, aprimora a escrita.

Uma interpretação de texto assertiva depende de inúmeros fatores. Muitas vezes, apressados, descuidamo-nos dos detalhes presentes em um texto, achamos que apenas uma leitura já se faz suficiente. Interpretar exige paciência e, por isso, sempre releia o texto, pois a segunda leitura pode apresentar aspectos surpreendentes que não foram observados previamente.

Para auxiliar na busca de sentidos do texto, pode-se também retirar dele os tópicos frasais presentes em cada parágrafo, isso certamente auxiliará na apreensão do conteúdo exposto. Lembre-se de que os parágrafos não estão organizados, pelo menos em um bom texto, de maneira aleatória, se estão no lugar que estão, é porque ali se fazem necessários, estabelecendo uma relação hierárquica do pensamento defendido; retomando ideias já citadas ou apresentando novos conceitos.

Concentre-se nas ideias que de fato foram explicitadas pelo autor: os textos argumentativos não costumam conceder espaço para divagações ou hipóteses, supostamente contidas nas entrelinhas. Devemos nos ater às ideias do autor, isso não quer dizer que você precise ficar preso na superfície do texto, mas é fundamental que não criemos, à revelia do autor, suposições vagas e inespecíficas.

Ler com atenção é um exercício que deve ser praticado à exaustão, assim como uma técnica, que fará de nós leitores proficientes.

Diferença entre compreensão e interpretação

A compreensão de um texto envolve realizar uma análise objetiva do seu conteúdo para verificar o que está explicitamente escrito nele. Por outro lado, a interpretação vai além, relacionando as ideias do texto com a realidade. Nesse processo, o leitor extrai conclusões subjetivas a partir da leitura.

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

Estatuto da Igualdade Racial (Lei Federal nº 12.288/2010): igualdade e combate à discriminação

LEI Nº 12.288, DE 20 DE JULHO DE 2010.

Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nos 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Lei institui o Estatuto da Igualdade Racial, destinado a garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica.

Parágrafo único. Para efeito deste Estatuto, considera-se:

I - discriminação racial ou étnico-racial: toda distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada em raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica que tenha por objeto anular ou restringir o reconhecimento, gozo ou exercício, em igualdade de condições, de direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural ou em qualquer outro campo da vida pública ou privada;

II - desigualdade racial: toda situação injustificada de diferenciação de acesso e fruição de bens, serviços e oportunidades, nas esferas pública e privada, em virtude de raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica;

III - desigualdade de gênero e raça: assimetria existente no âmbito da sociedade que acentua a distância social entre mulheres negras e os demais segmentos sociais;

IV - população negra: o conjunto de pessoas que se autodeclaram pretas e pardas, conforme o quesito cor ou raça usado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou que adotam autodefinição análoga;

V - políticas públicas: as ações, iniciativas e programas adotados pelo Estado no cumprimento de suas atribuições institucionais;

VI - ações afirmativas: os programas e medidas especiais adotados pelo Estado e pela iniciativa privada para a correção das desigualdades raciais e para a promoção da igualdade de oportunidades.

Art. 2º É dever do Estado e da sociedade garantir a igualdade de oportunidades, reconhecendo a todo cidadão brasileiro, independentemente da etnia ou da cor da pele, o direito à participação na comunidade, especialmente nas atividades políticas, econômicas, empresariais, educacionais, culturais e esportivas, defendendo sua dignidade e seus valores religiosos e culturais.

Art. 3º Além das normas constitucionais relativas aos princípios fundamentais, aos direitos e garantias fundamentais e aos direitos sociais, econômicos e culturais, o Estatuto da Igualdade Racial adota como diretriz político-jurídica a inclusão das vítimas de desigualdade étnico-racial, a valorização da igualdade étnica e o fortalecimento da identidade nacional brasileira.

Art. 4º A participação da população negra, em condição de igualdade de oportunidade, na vida econômica, social, política e cultural do País será promovida, prioritariamente, por meio de:

I - inclusão nas políticas públicas de desenvolvimento econômico e social;

II - adoção de medidas, programas e políticas de ação afirmativa;

III - modificação das estruturas institucionais do Estado para o adequado enfrentamento e a superação das desigualdades étnicas decorrentes do preconceito e da discriminação étnica;

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

Planejamento e organização das atividades de orientação educacional

Leitura institucional e definição de prioridades

Ao tratar de leitura institucional e definição de prioridades, o núcleo do trabalho está em reconhecer que planejar a orientação educacional exige transformar sinais dispersos da rotina em prioridades justificadas, considerando necessidades dos estudantes, condições de trabalho da escola e objetivos pedagógicos. Como referência concreta, considere-se o seguinte quadro: a combinação de atrasos, conflitos no recreio e dificuldade de integração dos recém-chegados. A leitura do caso precisa esclarecer a necessidade e organizar a resposta, mantendo o trabalho de priorização institucional ligado aos efeitos percebidos pelo estudante. Por isso, planejamento não se confunde com preenchimento de agenda; nesse campo, confundir essas dimensões costuma produzir medidas pouco ajustadas à necessidade real. Ao mesmo tempo, a análise no trabalho de priorização institucional precisa admitir revisão: informações novas podem mudar prioridades, apoios ou formas de comunicação sem romper a continuidade. Na prática, o objetivo do trabalho de priorização institucional é chegar a uma decisão compreensível para os envolvidos, com efeitos que possam ser reconhecidos por mudanças concretas relacionadas aos objetivos do trabalho de priorização institucional.

A definição de prioridades também precisa considerar de onde vêm as informações usadas no diagnóstico institucional. Ocorrências registradas, observações da equipe, manifestações dos estudantes, contatos com famílias e dados de frequência podem mostrar aspectos diferentes da mesma rotina. Nenhuma dessas fontes deve funcionar isoladamente como critério absoluto. Um aumento de atrasos, por exemplo, pode exigir leitura de horários, transporte, organização da entrada e experiências específicas de determinados grupos. Ao combinar fontes, a orientação identifica convergências e lacunas, evita transformar impressão pontual em prioridade institucional e consegue justificar por que determinadas ações entram primeiro no plano de trabalho.

Mapeamento das demandas presentes

O trabalho com mapeamento das demandas presentes pede que a situação seja convertida em perguntas verificáveis. No aprofundamento do trabalho de priorização institucional, interessa localizar quais dados realmente alteram a compreensão do caso. Por isso, diferenças entre horários, atividades ou formas de apoio só ganham valor quando ajudam a explicar a demanda observada no trabalho de priorização institucional. No trabalho de priorização institucional, descrever significa registrar circunstâncias e efeitos sem transformar um episódio localizado em característica fixa do estudante.

Fontes de informação para o diagnóstico

No aprofundamento desse aspecto, a informação reunida no trabalho de priorização institucional precisa poder ser retomada no acompanhamento. No trabalho de priorização institucional, frequência, intensidade, duração e circunstâncias entram no registro apenas quando ajudam a explicar o padrão observado. Em fontes de informação para o diagnóstico, o relato do estudante informa como ele vive a situação, enquanto observações escolares e familiares ajudam a localizar em quais contextos a situação se intensifica ou diminui. Revisar o ponto de partida exige confrontar observações feitas em momentos diferentes; no trabalho de priorização institucional, contrastes temporais revelam elementos que a primeira leitura não captou.

Critérios para hierarquizar necessidades

Depois de compreender a demanda, o trabalho de priorização institucional passa a definir o que será feito, por quem e com qual finalidade. No trabalho de priorização institucional, uma medida adequada precisa indicar qual mudança se espera observar, quais pessoas participam e que informação é realmente necessária. Por isso, a intensidade da resposta deve acompanhar a intensidade da necessidade percebida nesse aspecto do trabalho de priorização institucional; algumas situações admitem intervenção interna, enquanto outras exigem

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

Educação como processo social, intencional e formativo

Aprendizagem nas relações sociais

A educação ocorre sempre em relação com outras pessoas, com práticas culturais e com modos historicamente construídos de compreender o mundo. Aprender não significa apenas receber informações: envolve atribuir sentido ao que se vive, reorganizar conhecimentos anteriores, experimentar formas de agir e reconhecer expectativas compartilhadas. Desde a infância, a pessoa aprende modos de comunicação, regras de convivência, maneiras de cuidar de si e do outro, formas de usar objetos, valores e referências culturais. Parte dessas aprendizagens acontece espontaneamente na vida cotidiana; outra parte decorre de ações planejadas, com objetivos definidos e acompanhamento.

Esse caráter relacional explica por que o processo educativo não pode ser reduzido ao espaço escolar. Família, grupos de convivência, serviços públicos, organizações comunitárias, atividades culturais, práticas esportivas e experiências de trabalho também produzem aprendizagens. A diferença está no grau de intencionalidade, de organização e de explicitação dos objetivos. Uma criança pode aprender a esperar sua vez numa brincadeira familiar, por exemplo, enquanto uma oficina de leitura pode planejar deliberadamente situações em que os participantes negociem turnos de fala e interpretem narrativas em conjunto.

Socialização, cultura e produção de sentidos

Socialização é o processo pelo qual a pessoa entra em contato com normas, linguagens, costumes e expectativas presentes nos grupos dos quais participa. Isso não ocorre de maneira mecânica. Cada sujeito interpreta as experiências a partir de sua trajetória, de seus vínculos e das condições concretas de vida. Por esse motivo, duas pessoas expostas à mesma atividade podem construir compreensões diferentes. A ação educativa qualificada reconhece essa diversidade de sentidos e cria oportunidades para que as diferenças apareçam sem serem tratadas automaticamente como erro ou desinteresse.

A cultura participa diretamente desse processo porque oferece símbolos, narrativas, modos de expressão e referências para interpretar situações. O educador trabalha com repertórios que já existem e, ao mesmo tempo, amplia possibilidades de contato com outros conhecimentos. Isso exige cuidado para não desvalorizar práticas familiares ou comunitárias, nem transformar um repertório específico em padrão único. A educação ganha força quando estabelece relações entre a experiência conhecida e novos conceitos, linguagens e formas de participação.

Experiências formais, não formais e informais

É útil distinguir três contextos de educação sem tratá-los como compartimentos rígidos. A educação formal se organiza em instituições reconhecidas, com percursos estruturados, objetivos curriculares e formas definidas de acompanhamento. A educação não formal ocorre em ações planejadas fora dessa organização escolar típica, como oficinas, projetos culturais, atividades socioeducativas e ações comunitárias. A educação informal resulta das interações cotidianas, sem planejamento pedagógico explícito, como conversas familiares, convivência entre gerações e participação em grupos sociais.

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.